



**Emenda nº , CMMPV 1184/2023  
(à MPV 1184/2023)**

O §2º do art. 18º da Medida Provisória nº 1.184, de 2023, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art.

18. ....

.....

§ 2º Aplica-se aos rendimentos de que trata este artigo o disposto nos § 2º a § 8º do art. 2º, não se aplicando a incidência periódica de que trata o inciso I do caput do art. 2º.” (NR)





## JUSTIFICATIVA

Apresente emenda tem por objetivo não sujeitar os investidores estrangeiros à sistemática da tributação semestral antecipada ou come-cotas.

Criar um ambiente favorável para investimentos estrangeiros no Brasil significa ampliar a atratividade do país para o capital estrangeiro que se faz necessário em toda e qualquer economia nacional visando o desenvolvimento e crescimento da Nação e do seu povo.

Entre os principais fatores que contribuem para o ambiente favorável para investimentos estrangeiros no Brasil estão o crescimento da economia, mercado consumidor em expansão, recursos naturais abundantes, infraestrutura em desenvolvimento e regulamentação favorável. Ao não implicar o capital estrangeiro ao come cotas, isso garante segurança jurídica aos investidores estrangeiros e incentivos financeiros.

Na esteira do que estamos propondo, o Brasil já oferece uma série de incentivos fiscais para investimentos estrangeiros. Por exemplo, o país oferece isenção de imposto de renda para lucros reinvestidos e para investimentos em setores específicos, como infraestrutura e tecnologia.

Em 2022, o Brasil recebeu US\$ 90,1 bilhões em investimentos estrangeiros diretos (IED), um aumento de 33,6% em relação ao ano anterior. Esse crescimento foi impulsionado por investimentos nos setores de energia, agricultura e indústria.

Os principais investidores estrangeiros no Brasil são os Estados Unidos, a China, a Holanda e a Espanha.

Assim, essa medida visa atrair mais investimentos estrangeiros para o Brasil, o que contribuiria para o crescimento econômico do país e para a geração de empregos.

Diante do exposto, e tendo em vista a importância social e econômica de que se reveste esta proposta, gostaria de poder contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação e incorporação desta emenda ao ordenamento jurídico pátrio.

Sala da Comissão, de de 2023.

Deputado Mendonça Filho  
União Brasil/PE

